

INFLUÊNCIA DE REGRAS E CRENÇAS NA CONSTRUÇÃO DAS INFORMAÇÕES NOS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**INFLUENCE OF RULES AND BELIEFS IN THE CONSTRUCTION OF INFORMATION IN ACCOUNTING INFORMATION SYSTEMS****Neusa Piacentini**Doutora em Ciências Contábeis (Unisinus)
Instituto Federal do Rio Grande do Sul - IFRS Campus Canoas. Professora Substituta.nepiacentini@hotmail.comOrcid: <https://orcid.org/0000-0003-2311-1726>**Ernani Ott**Doutor em Ciências Contábeis (Deusto – Espanha).
Professor da Faculdade São Francisco de Assis (UNIFIN – RS)ernani@unisinus.brOrcid: <https://orcid.org/0000-0001-6712-8225>**Gabriel Roberto Dellacasa Levrini**Pós Doutor em Neuro Marketing (UFRGS - RS)
Professor de Pós-graduação (IBGEN/FTEC - RS)g.levrini@up.edu.pe<https://orcid.org/0000-0001-9992-5422>**José Antonio Cescon**Pós doutor em Ciências Contábeis (UFU - MG)
Professor Adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE – PR)cescon@cescon.adm.brOrcid: <https://orcid.org/0000-0002-8338-7743>**Resumo**

Nesse estudo foram investigadas as crenças comportamentais, normativas e de controle da Teoria do Comportamento Planejado, contidas nas rotinas e regras formais e informais da Teoria Institucional, no processo de elaboração das informações em sistemas de informações contábeis. Para tanto, teve-se como objetivo descrever as crenças contidas nas regras formais e informais nos sistemas de informações contábeis. A pesquisa caracterizou-se como de tipo *survey*, realizada por meio de questionários com profissionais da contabilidade que atuam na região metropolitana de Porto de Alegre, sendo que os dados foram objeto de análise quantitativa mediante análise estatística descritiva, análise fatorial e modelagem de equações estruturais (MEE). Os dados obtidos confirmam a existência de relação das crenças com as regras formais e informais que estão institucionalizadas no processo de composição das informações em sistemas de informações contábeis. A relação foi encontrada nas crenças de atitude comportamental; de satisfação em cumprir as regras formais nos sistemas; de utilidade percebida do uso do sistema para cumprir regras; de intenção de cumprir regras e da percepção do atendimento das regras formais na qualidade das informações. Como contribuição teórica

- Submissão em: 01/12/2022.
- Envio para avaliação em: 15/03/2023.
- Término da avaliação em: 15/04/2023.
- Correções solicitadas em: 18/04/2023.
- Recebimento da versão ajustada em: 24/04/2023.
- Aprovação final em: 26/04/2023.

do estudo, considera-se o estabelecimento da relação entre a Teoria Institucional e a Teoria do Comportamento Planejado.

Palavras-chave: crenças; regras; sistemas; informações; contabilidade.

Abstract

This study beliefs were investigated, normative, and control beliefs based on the Theory of Planned Behavior (TPB), which are in the routines, and formal and informal rules of Institutional Theory, in the process of preparing information in accounting information systems in the accounting environment. Taking that into consideration, the goal of this research was to describe the beliefs contained in the formal and informal rules in the accounting information systems. The research was characterized as a survey, carried out through questionnaires with accounting professionals working in the metropolitan area of Porto Alegre (RS), and the data were subjected to quantitative analysis through descriptive statistical analysis, factorial analysis and modeling of structural equations (MEE). The data obtained confirm the existence of a relationship between the beliefs and the formal and informal rules, which are institutionalized in the process of developing information, inside the accounting information systems. The relationship was found in the following behavioral beliefs: satisfaction in following formal rules; perceived usefulness of using the system to follow rules; intention of following rules; and the awareness of formal rules in the information quality. The theoretical approach considers a relationship between Institutional Theory and Theory of Planned Behavior (TPB).

Key words: beliefs; rules; systems; information; accounting.

1 Introdução

Para subsidiar de forma adequada a tomada de decisões nas organizações, inclusive respondendo a diversos elementos da estrutura conceitual das informações contábeis, são utilizados na sua composição os Sistemas de Informação Contábil (HURT, 2014). Elbashir, Collier e Davern (2008), argumentam que os sistemas contábeis podem ser usados para integrar os sistemas de informações gerenciais, sendo que uma importante questão que se coloca no âmbito da contabilidade é como o uso de sistemas integrados de informações influencia nas decisões e no papel desempenhado pelos contadores e gestores (ROM; ROHDE, 2007).

O estudo do processo de composição das informações em sistemas de informações é um compromisso da contabilidade com seus usuários e com os seus próprios objetivos, fornecendo subsídios para a tomada de decisão aos que têm interesse em fazer previsões e tomar decisões financeiras futuras (IUDÍCIBUS, 2015). Ching, Marques e Prado (2011) observam que os relatórios padronizados, assim como as normas internacionais e outros documentos contábeis oficiais, exigem expressiva interpretação.

Nesse sentido, este estudo aborda o processo de construção das informações em sistemas de informações contábeis, buscando explorar como as regras formais e informais utilizadas na elaboração das informações contábeis podem estar sujeitas às crenças dos indivíduos que participam desse processo. Assim, o estudo assume que as regras estão fundamentadas na Teoria Institucional e as crenças na Teoria do Comportamento Planejado.

A Teoria Institucional (VEBLEN, 1898, 1971; COMMONS, 1931; NORTH, 1990), tem como objeto de análise as instituições, sendo que se originam das regras, também denominadas de normas, que estão instituídas na sociedade e nas organizações. Essas normas podem ser

formais (leis, regulamentos e outros) ou institucionalizadas de maneira informal, ou seja, aquelas transmitidas de geração para geração como costumes, convenções, cultura, práticas e outros. Nas organizações a institucionalização também é estabelecida por meio das rotinas (BURNS; SCAPENS, 2000; NORTH, 1990), que são reproduzidas ao longo do tempo e repassadas aos novos membros da organização.

A Teoria do Comportamento Planejado, tem por objeto de análise as crenças que influenciam a intenção de adotar os comportamentos (AJZEN, 1991). A teoria utiliza três crenças para analisar a intenção da adoção de determinados comportamentos pelos indivíduos. Uma das crenças é a comportamental, que tem por finalidade identificar a atitude em relação à intenção de adotar ou não um determinado comportamento. A outra crença é a de controle percebido, que está associada a oportunidades e aos recursos que um indivíduo tem ao pretender adotar um comportamento, e como essas oportunidades ou recursos podem influenciá-lo. E, por fim, a crença normativa, que está condicionada à adesão de um determinado comportamento, porque existe uma expectativa de terceiros em termos de pressão social (FISHBEIN; AJZEN, 1975; AJZEN; MADDEN, 1986; AJZEN, 1991; LA BARBERA; AJZEN, 2020).

Ao se investigar as crenças relacionadas às regras formais e informais que estão institucionalizadas no processo de composição de informações em sistemas de informações contábeis, têm-se como direcionadores, em relação aos sistemas de informações, os estudos de Rom e Rohde (2007); Elbashir, Collier e Davern (2008) e Hurt (2014). No que tange às informações contábeis, o estudo foi desenvolvido com base em Iudícibus *et al.* (2010); Iudícibus (2015); Ching, Marques e Prado (2011); Hoog (2012); Hendriksen e Van Breda (2012); She e Michelon (2019).

Nesses estudos, identificou-se que as regras são as instituições nas organizações e os indivíduos são os executores dessas regras. Nesse sentido, entende-se que as crenças estão presentes no comportamento dos indivíduos e, dessa forma, as regras quando aplicadas pelos indivíduos podem ser influenciadas por estas crenças. Assim, tem-se a questão norteadora desta pesquisa: quais são as crenças que estão contidas nas regras formais e informais nos sistemas de informações contábeis?

Para responder a essa questão, ao se admitir que as regras formais e informais na elaboração de informações podem ter a interferência das crenças normativas, de controle e comportamentais, formula-se o objetivo central desta pesquisa, que é descrever as crenças contidas nas regras formais e informais nos sistemas de informações contábeis. Para o alcance do objetivo central buscou-se: (i) identificar a relação das características da amostra do estudo *versus* regras e crenças; (ii) relacionar as crenças comportamentais, normativas e de controle com as regras institucionais formais e informais.

Na concepção da fundamentação teórica, levou-se em consideração os estudos de Wixom e Todd (2005); Carlin (2009) e Bulgurcu, Cavusoglu e Benbasat (2010), que abordaram a Teoria do Comportamento Planejado, porém, não a relacionando com a Teoria Institucional. Entende-se, assim, que existe uma lacuna teórica ao não se estabelecer a relação entre essas teorias para analisar as crenças normativas, de controle e comportamentais, nas regras institucionais formais e informais na composição das informações contábeis, residindo neste quesito a contribuição teórica do estudo.

Por fim, considera-se que o estudo alcança sua relevância ao contribuir para fundamentar a análise no ambiente da contabilidade nas organizações, que é complexo em seus processos de composição de informações contábeis, pois podem estar sujeitos às crenças comportamentais, normativas e de controle e, ainda, de outros fatores que estão inseridos nas regras institucionais formais e informais.

2 Referencial Teórico

A revisão teórica que está estruturada para dar suporte ao estudo tem como base a Teoria Institucional, e a Teoria do Comportamento Planejado como teoria complementar para explicar a influência das crenças nas regras ou normas, formais e informais, que são investigadas na pesquisa.

2.1 Teoria institucional

A Teoria Institucional tem como objeto de análise as instituições (VEBLEN, 2010, 1971; COMMONS, 1931; NORTH, 1990). Hodgson (1998), baseado na obra de Veblen de 1898, postula que o objeto de análise da Teoria Institucional concentra-se no “conjunto de normas, valores e regras e sua evolução”. O institucionalismo que dá origem à Teoria Institucional é uma “designação padrão de certa maneira de pensar em economia ou abordagem aos problemas econômicos” (AYRES, 1951, p. 49).

A obra de Veblen de 1898 (VEBLEN, 2010) sugere que a única abordagem racional é assumir que a economia evolui com a participação do homem e da sociedade. É uma questão comportamental que sofre a interferência do intelecto e da seletividade das classes, o que faz surgir o conceito de Teoria Institucional, segundo a sua ótica. Nesta mesma linha, Commons (1931, p. 1) entende a “instituição como a ação coletiva no controle e na ampliação e extensão (libertação) das ações particulares dos indivíduos”. Além disso, “as forças internas das pessoas (ações, hábitos, costumes, crenças) interferem no ambiente da própria instituição e influenciam o ambiente externo (economia)”. Simultaneamente, “as forças externas do ambiente (essencialmente pecuniárias ou econômicas) têm influência sobre a instituição. [...] as forças internas e externas impactam no desempenho da instituição e da economia” (VEBLEN, 1971, p. 208).

No contexto apresentado, observa-se que Veblen (2010, 1971), Commons (1931), Ayres (1951), North (1990) e Hodgson (1998) convergem para a ideia de que a Teoria Institucional é identificada pelos hábitos que definem o comportamento da sociedade e passam de geração a geração, dentro de uma perspectiva de economia humana evolutiva.

North (1990) identifica as instituições como podendo ser os constrangimentos humanamente concebidos pela estrutura de interação humana, sendo esses constituídos de restrições formais que podem estar relacionadas a regras, leis, constituições e regulamentos governamentais; e as restrições informais que são oriundas de normas de comportamento, convenções que são impostas por códigos de condutas do indivíduo e os aspectos e características concernentes à ação dessas regras formais e informais.

Além dos pressupostos de North (1990), que tiveram origem em Veblen (2010, 1971) e Commons (1931), neste estudo também se utiliza a base conceitual que Burns e Scapens (2000) usaram para criar o seu modelo institucional, a fim de investigar a mudança da contabilidade gerencial. O seu principal achado, a partir do Velho Institucionalismo, foi o desenvolvimento de um modelo que identifica a relação complexa e contínua entre as ações e instituições.

Considerando a abordagem do modelo institucional, apresentam-se estudos, tendo como ênfase a análise das instituições como regras, rotinas e hábitos, nos processos de mudança nos sistemas de contabilidade nas organizações. Siti-Nabiha e Scapens (2005) exploraram a relação entre a estabilidade e mudanças dentro de um processo na contabilidade. Verificaram que com a mudança surgiram novas rotinas contábeis que incorporaram ainda mais as normas e os valores existentes, permitindo aos gerentes perseguir os objetivos de segurança e confiabilidade.

Busco, Riccaboni e Scapens (2006) relacionaram o entendimento da sociologia e da literatura baseada na prática emergente para estender o modelo institucional da mudança contábil desenvolvido por Burns e Scapens (2000). Concluíram que explorar a forma como os indivíduos recorrem a práticas contábeis durante os processos de mudança, pode ajudar a compreensão das motivações para a mudança institucional.

Lavarda, Feliu e Palanca (2009) analisaram o processo de interiorização da substituição de um sistema de contabilidade gerencial em pequenas empresas. Concluíram que os fatores que influenciaram positivamente a institucionalização do Sistema de Contabilidade Gerencial (SCG), foram o nível de conhecimento e as habilidades dos agentes envolvidos na mudança, recursos de tecnologia usados na implantação do sistema, treinamento contínuo, influência de especialistas externos, incentivos aos operadores envolvidos no sistema, relações de confiança, processo de planejamento e envolvimento do pessoal.

Rocha e Guerreiro (2010) demonstraram que o modelo de institucionalização de Burns e Scapens (2000), especialmente no que se refere ao processo de codificação de rotinas e regras, pode ser aplicado para analisar a implementação de um novo sistema de contabilidade gerencial em um grande banco brasileiro. Concluíram que a visão institucional é tão importante quanto à dimensão técnica-racional na fase de concepção do novo modelo de custeio; o processo de codificação deve especificar regras e rotinas que sejam coerentes com as crenças institucionais e com as práticas dos membros do *staff*; e a probabilidade de sucesso é significativamente incrementada quando os novos sistemas são modelados em termos do modelo adaptado de Burns e Scapens (2000).

Van der Steen (2011) explorou a dinâmica envolvida no surgimento e na mudança de rotinas de contabilidade gerencial. Concluiu que as diferenças conceituais entre rotinas podem ser atribuídas às formas como as rotinas são reproduzidas, significando que o processo de reprodução não era regido por princípios institucionalizados mais amplos, mas sim pela própria rotina.

Angonese e Lavarda (2014) analisaram os fatores de resistência presentes no processo de implementação de um sistema integrado de gestão, sob a ótica da teoria institucional. Concluíram que o processo de mudança no sistema de contabilidade gerencial, por meio da implementação de um sistema integrado de gestão, enfrenta um conjunto particular de pressões por resistências internas nas organizações, tais como insegurança ontológica, confiança, inércia, falta de conhecimento, aceitação de rotinas e dissociação. Nos estudos apresentados, os autores demonstraram a importância das rotinas e instituições organizacionais na definição dos processos de mudança na contabilidade.

2.2 Teoria do comportamento planejado

A Teoria do Comportamento Planejado (TCP) é orientada por três tipos de crenças: “Crença Comportamental: consequências prováveis de um comportamento; Crença Normativa: expectativas normativas de terceiros; Crença de Controle: presença de fatores que possam favorecer ou impedir o desempenho de um comportamento” (AJZEN, 1991, p. 180-181).

Nesse sentido, as crenças normativas, de controle e comportamentais, foram contextualizadas na TCP nos estudos de Ajzen e Madden (1986), Ajzen (1991; 2005; 2006) e La Barbera e Ajzen (2020), como uma extensão da Teoria Racional da Ação (TRA) que explica a “intenção de uma pessoa em adotar um determinado comportamento (crenças comportamentais, crenças normativas, e autoeficácia), antecedentes de atitudes, normas subjetivas e controle comportamental percebido, respectivamente” (AJZEN, 1991, p. 180-181). O modelo reformulado foi denominado de TCP, que propõe o controle comportamental

percebido como um preditor adicional de intenção ao lado de atitude e norma subjetiva e de comportamento ao lado de intenções.

Stevens *et al.* (2005), a partir do modelo teórico de Ajzen (1991), verificaram que na Teoria do Comportamento Planejado a decisão de um indivíduo de se engajar em um comportamento dependerá de três fatores gerais: o primeiro fator é a norma subjetiva ou a pressão sentida de referências sociais ou de interessados em que o indivíduo prossiga o curso de ação em questão; o segundo fator é a atitude do indivíduo em relação ao curso de ação ou suas consequências antecipadas (custos e benefícios); o terceiro fator é o controle comportamental percebido ou a confiança de que se pode realizar com êxito a ação. Isto é, quanto mais os indivíduos acreditam que possuem as habilidades e os recursos necessários para realizar o comportamento de interesse, mais provável é que o façam (STEVENS *et al.*, 2005).

Eddosary *et al.* (2015) também verificam que a TCP é uma extensão da TRA de Fishbein e Ajzen (1975) e com base em Ajzen (2005) salientam que o comportamento das pessoas pode ser mais bem previsto por suas atitudes, normas subjetivas e controle comportamental percebido. Intenções envolvidas em um comportamento explícito é o antecedente de um comportamento real sendo moldado por três fatores: seu ato ou atitude em relação ao comportamento; norma subjetiva, que é definida como as pressões sociais sentidas por executar o comportamento; e controle comportamental percebido, definido como a facilidade ou confiança percebida de um comportamento.

Desta forma, a TCP apresenta três níveis de explicação: (1) Os determinantes da ação: intenção do controle percebido; (2) Os determinantes da intenção: Atitude em relação ao comportamento (A), Normas Subjetivas (SN) e Controle Percebido (PC); (3) Os determinantes de A, SN e PC (EAST, 1993, p. 339). Assim, considera-se que a atitude em relação ao comportamento (crença comportamental), a norma subjetiva (crença normativa) e o controle comportamental percebido (crença de controle) são antecedentes de uma intenção que resulta em um comportamento, sendo que o controle comportamental percebido pode estar diretamente relacionado ao resultado de um comportamento.

Nesse contexto, percebe-se que as crenças comportamentais, normativas e de controle que as pessoas têm sobre o desempenho de um determinado comportamento são influenciadas por uma grande variedade de fatores culturais, pessoais e situacionais. Além disso, eles podem ser afetados pelo ambiente físico; social e acesso à informação, bem como por disposições amplas como valores e preconceitos (AJZEN, 2006).

Segundo Ajzen (1991, p. 189), “um fator central na TCP é a intenção de um indivíduo em adotar um determinado comportamento [...], quanto mais forte a intenção de ter um determinado comportamento, mais provável será o desempenho”. A intenção comportamental só pode encontrar expressão em um comportamento se a pessoa tiver liberdade de adotar ou não o comportamento. As oportunidades e os recursos necessários que uma pessoa tem ao pretender realizar o comportamento influenciam no desempenho desse comportamento.

A autoeficácia que está relacionada à crença de controle é oriunda da Teoria da Autoeficácia de Bandura (1977, p. 191), que afirma que “os procedimentos psicológicos [...] alteram o nível e a força da autoeficácia”. Além disso, as expectativas de eficácia pessoal podem determinar se o comportamento de enfrentamento será iniciado, o esforço que será despendido e quanto tempo ele será sustentado em face de obstáculos e experiências aversivas. A persistência em atividades que são subjetivamente ameaçadoras, mas de fato relativamente seguras, produz através de experiências de domínio, um maior aperfeiçoamento da autoeficácia e correspondentes reduções no comportamento defensivo. Como explica Bandura (1977, p. 191) “as expectativas de eficácia pessoal derivam de quatro fontes principais de informação:

realizações de desempenho, experiência vicária, persuasão verbal e estados fisiológicos”.

No contexto da Teoria do Comportamento Planejado considera-se nessa pesquisa os pressupostos com base em três crenças: Crença Comportamental; Crença Normativa e Crença de Controle, apresentando-se estudos empíricos desses pressupostos da Teoria do Comportamento Planejado, para aplicar na resolução de questões relacionadas ao ambiente de sistema de informações.

Wixom e Todd (2005) desenvolveram um modelo de pesquisa integrada que distingue crenças e atitudes sobre o sistema (as crenças baseadas em objetos e atitudes) de crenças e atitudes sobre o uso do sistema (ou seja, crenças comportamentais e atitudes) para construir a lógica teórica que integra as perspectivas teóricas e os resultados empíricos dos fluxos de pesquisa de Satisfação do Usuário e Aceitação da Tecnologia (TAM) com a Teoria Racional da Ação (TRA), de crenças e atitudes baseadas em objetos e comportamentais.

Carlin (2009) examinou os fatores que influenciam os auditores a usarem sistemas de suporte de auditoria de forma adequada. Concluíram que a restritividade do sistema de suporte de auditoria e da eficácia do processo de revisão de auditoria são antecedentes de controle externo e de pressão normativa percebida que, juntamente com a atitude do auditor e a autoeficácia, influenciam a intenção do auditor no uso do sistema de forma adequada.

Bulgurcu, Cavusoglu e Benbasat (2010) investigaram a racionalidade baseada em fatores que impulsionam um empregado para cumprir os requisitos do Cumprimento da Política de Segurança de Informação (*Information Security Policy Compliance – ISP*). Descobriram que os resultados das crenças afetam significativamente as consequências das crenças sobre a avaliação global e elas, por sua vez, afetam significativamente a atitude de um empregado. A Segurança da Informação (ISA) afeta positivamente ambos, atitude e resultados das crenças, quando a importância de regras e regulamentos de segurança da informação aumentam.

Santos, Veiga e Souza (2011) investigaram os antecedentes atitudinais da intenção de uso do *mobile banking* por clientes bancários, adotando a teoria do Comportamento Planejado. Identificaram que, dos três construtos apresentados pela TCP decomposto (atitude, normas subjetivas e controle percebido), apenas atitude apresentou impacto significativo na intenção comportamental. Incluíram no modelo o construto de segurança, que se apresentou significante.

Khan et al. (2020) identificaram que os contadores perceberam que os *stakeholders* consideram a informação contábil e a profissão contábil como aspectos estratégicos relevantes para os negócios, assim a abordagem da prestação de contas torna-se um direcionador para o processamento e uso da informação. Assim, os contadores ao perceberem que os controles exercidos sobre suas atividades estão envolvidos sob a ótica da prestação de contas, tendem a conduzir o uso da informação contábil nas organizações a uma abordagem estratégica sobre a informação contábil (YASMIN; GHAFRAN, 2019), de modo que uma maior percepção de controle pode abrir espaço para a contabilidade ir muito além de suas práticas e processamentos tradicionais, adotando uma abordagem estrategicamente proativa (ALAWATTAGE; GRAHAM; WICKRAMASINGHE, 2021).

3 Delineamento Metodológico

Como procedimento técnico utilizou-se nesse estudo a pesquisa de tipo *survey*, mediante aplicação de um questionário assistido com perguntas dicotômicas e de múltipla escolha (escala Likert de 7 pontos), caracterizando-se como qualitativa e utilizando-se como suporte a análise quantitativa. A amostra foi definida em função de ter-se como intuito investigar a influência das crenças em regras institucionalizadas (formais e informais) que podem estar presentes no processo de elaboração das informações nos sistemas de informações contábeis. Nesse sentido,

partindo do pressuposto de que os profissionais da contabilidade participam de forma direta ou indireta desse processo, uma das maneiras de realizar essa investigação foi mediante o acesso ao ambiente da contabilidade nas empresas, ou seja, por meio dos profissionais que responderam ao questionário.

A população foi composta por profissionais de contabilidade que estavam atuando no ano de 2021 em empresas e escritórios de contabilidade sediados na região metropolitana de Porto de Alegre, estado do Rio Grande do Sul.

Foram enviados questionários por correio eletrônico para 408 profissionais e obteve-se o retorno de 329 questionários respondidos. Desses 329, somente 278 (amostra inicial) continham respostas de todas as questões ou os respondentes se encontravam trabalhando no momento. Para identificação de *outliers*, na geração dos escores padronizados, usou-se a estatística descritiva do SPSS com opção de “salvar valores padronizados como variáveis”, com identificação das magnitudes dos escores padronizados: maiores do que 3 ou menores do que -3, excluindo os questionários que estavam nesta faixa. Após a exclusão de *outliers*, chegou-se à amostra final com 252 respondentes.

Os dados obtidos foram objeto de análise fatorial exploratória e confirmatória para a mensuração do modelo. No seu desenvolvimento, seguiu-se os autores Wixom e Todd (2005), Costa Hernandez e Mazzon (2008), Carlin (2009), Bulgurcu, Cavusoglu e Benbasat (2010) e Santos, Veiga e Souza (2011), fundamentais na determinação dos constructos teóricos na Teoria do Comportamento Planejado, e que utilizaram em seus estudos empíricos, essencialmente, análises quantitativas como Análise de Regressão, Análise Fatorial Exploratória (AFE), Análise Fatorial Confirmatória (AFC) e Modelagem de Equações Estruturais (MEE). No Quadro 1 apresenta-se a vinculação das hipóteses com os constructos/variáveis e as perguntas da pesquisa.

Quadro 1: Vinculação de hipótese com constructo/variável e perguntas da pesquisa

Teoria Institucional versus Teoria do Comportamento Planejado		
Constructo: Cumprir regras		
Hipótese: H ₁ - O comportamento do profissional de contabilidade é afetado positivamente pelas crenças de atitude comportamental, norma subjetiva e controle percebido ao cumprir as regras formais e informais, no processo de elaboração de informações em sistemas contábeis;		
Crença Comportamental versus Regras Formais e Informais		
Hipótese: H _{1a} - A atitude do profissional de contabilidade ao usar o sistema de informações contábeis, no atendimento das regras formais e informais, é influenciada positivamente, pois acredita que terá reflexo na qualidade das informações contábeis.		
	Constructos/Variáveis	Perguntas do Questionário
Crença Comportamental	Atitude comportamental: - Satisfação em cumprir as regras formais nos sistemas de informações. Adaptado de Wixom e Todd (2005).	Q1 – Estou satisfeito, considerando o atendimento das regras formalizadas, com as informações geradas pelo sistema de informações contábeis, na empresa em que trabalho.
	Atitude comportamental: - Satisfação em cumprir as regras informais nos sistemas de informações. Adaptado de Wixom e Todd (2005).	Q2 - Estou satisfeito, considerando o atendimento das regras que não estão formalizadas, com as informações geradas pelo sistema de informações contábeis, na empresa em que trabalho.
	Atitude comportamental: - Facilidade de uso do sistema para atender regras formais e informais. Adaptado de Santos, Veiga e Souza (2011).	Q3 – Considero que é fácil aprender a operar o sistema de informações contábeis na empresa em que trabalho, desta forma atendo todos os requisitos estabelecidos em relação ao atendimento das regras formalizadas e não formalizadas necessárias para a elaboração das

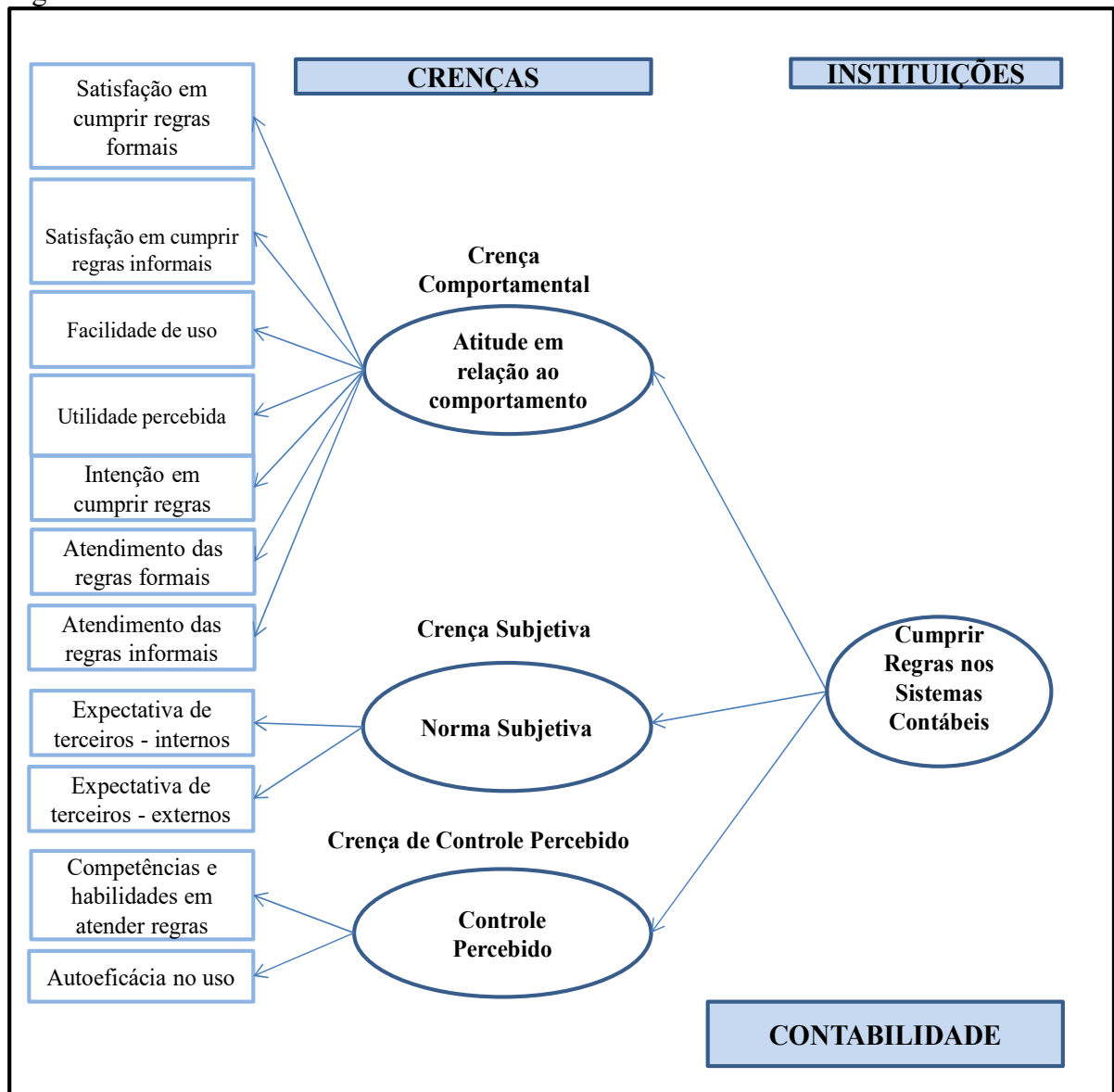
		informações contábeis.
	Constructos/Variáveis	Perguntas do Questionário
Crença Comportamental	Atitude comportamental: - Utilidade percebida no uso do sistema para atender regras formais e informais. Adaptado de Santos, Veiga e Souza (2011).	Q4 – Pretendo usar todas as oportunidades do sistema de informações contábeis na empresa em que trabalho, desta forma atendo todos os requisitos estabelecidos em relação ao atendimento das regras formalizadas e não formalizadas necessárias para a elaboração das informações contábeis.
	Atitude comportamental: - Intenção em cumprir as regras formais e informais no sistema de informações. Adaptado de Bulgurcu, Cavusoglu e Benbasat (2010).	Q5 – Eu tenho a intenção de cumprir as regras formalizadas e não formalizadas do sistema de informações contábeis na empresa em que trabalho.
	Atitude comportamental: - Atendimento das regras formais na qualidade de informações. Adaptado de: Siti-Nabiha e Scapens (2005); Busco, Riccaboni e Scapens (2006); Lavarda, Feliu e Palanca (2009); Rocha e Guerreiro (2010); Van Der Steen (2011); Angonese e Lavarda (2014).	Q6 – Percebo que o atendimento das Leis e Regulamentos contábeis e fiscais, procedimentos da contabilidade, normas contábeis e práticas existentes, procedimentos de sistemas contábeis integrados, influenciam positivamente na qualidade das informações contábeis na empresa em que trabalho.
	Atitude comportamental: - Atendimento das regras informais na qualidade de informações. Adaptado de Siti-Nabiha e Scapens (2005); Busco, Riccaboni e Scapens (2006); Lavarda, Feliu e Palanca (2009); Rocha e Guerreiro (2010); Van Der Steen (2011); Angonese e Lavarda (2014).	Q7 – Percebo que o atendimento das normas contábeis que não estão formalizadas, rotinas, práticas e procedimentos de sistemas contábeis integrados e não integrados que não estão escritos, práticas da contabilidade habitualmente em uso, procedimentos contábeis com base em conhecimentos e habilidades de outros profissionais, não formalizados, estabelecidos nos sistemas de informações contábeis influencia positivamente na qualidade das informações contábeis na empresa em que trabalho.
Crença Normativa versus Regras		
Hipótese: H _{1b} - o profissional de contabilidade que tem o controle percebido do processo de elaboração de informações no sistema contábil terá um comportamento positivo no cumprimento das regras formais e informais.		
Crença Normativa	Constructos/Variáveis:	Perguntas do Questionário:
	Normas Subjetivas: - Expectativa de terceiros - usuários internos – em cumprir regras formais e informais no sistema de informações. Adaptado de Costa Hernandez e Mazzon (2008); Bulgurcu, Cavusoglu e Benbasat (2010).	Q8 – Cumpro as regras formalizadas e não formalizadas do sistema de informações contábeis, para atender às expectativas dos usuários internos (colegas, executivos, gestores, gerentes, outros).
	Normas Subjetivas: - Expectativa de terceiros - usuários externos – para cumprir regras formais e informais no sistema de informações. Adaptado de Costa Hernandez e Mazzon (2008); Bulgurcu, Cavusoglu e Benbasat (2010).	Q9 – Cumpro as regras formalizadas e não formalizadas do sistema de informações contábeis, para atender às expectativas dos usuários externos (órgãos regulamentadores, auditoria, acionistas, governo, credores, fornecedores).
Crença Controle Percebido versus Regras		
Hipótese: H _{1c} - A expectativa dos usuários internos e externos das informações, percebida pelo profissional de contabilidade, afeta positivamente o seu cumprimento das regras formais e informais no sistema de informações contábeis.		
Crença	Constructos/Variáveis:	Perguntas do Questionário:
	Controle percebido: - Conhecimento e competências pessoais para atender as regras formais e informais no sistema. Adaptado de Bulgurcu, Cavusoglu e Benbasat (2010).	Q10 – Julgo ter as competências pessoais e conhecimento para atender os requisitos do sistema de informações contábeis, desta forma cumpro as regras formalizadas e não formalizadas na empresa em que trabalho.
	Controle percebido:	Q11 - Percebo autoeficácia no uso do sistema de

- Autoeficácia no uso do sistema para atender regras formais e informais. Adaptado de Carlin (2009).	informações contábeis, no cumprimento das regras formalizadas e não formalizadas, assim tenho a intenção de utilizar o sistema apropriadamente, na empresa em que trabalho.
---	---

Fonte: elaborado pelos autores (2021).

No instrumento foram utilizadas duas escalas unipolares de sete pontos (AJZEN, 1991), uma que vai da resposta “Discordo totalmente” a resposta “Concordo totalmente”; e a outra escala que vai da resposta “Nunca” a resposta “Sempre”. A escala e as perguntas foram validadas mediante pré-teste. Na Figura 1, apresenta-se o desenho do estudo

Figura 1: Desenho do estudo



Fonte: adaptado de Ajzen (1991); Burns e Scapens (2000); Wixom e Todd (2005); Bulgurcu, Cavusoglu e Benbasat (2010).

4 Análise dos Resultados

Nesse capítulo, inicialmente, apresenta-se o perfil dos respondentes e as características das empresas a que estes profissionais estão ligados. Os profissionais respondentes, concentram-se em empresas limitadas e em escritórios contábeis de pequeno e médio porte. Em relação ao perfil, observa-se que o grupo de respondentes da amostra que mais se destaca é aquele que abrange os que possuem a função de assistente e de analista e se encontram na faixa etária de até 40 anos. A maioria não assina e não é responsável pelas demonstrações e informações, tendo como nível de instrução a graduação.

Tabela 1: Perfil dos respondentes e características das empresas

Função ou cargo	em unidade	em %	Cumulativo (em %)	Faixa etária	em unidade	em %	Cumulativo (em %)
Assistente	79	31,3	31,3	Até 30 anos	149	59,1	59,1
Analista	57	22,6	53,9	De 31 a 40 anos	58	23,0	82,1
Supervisor	37	14,7	68,6	De 41 a 50 anos	32	12,7	94,8
Gerente/Diretor	45	17,9	86,5	De 51 a 60 anos	11	4,3	99,1
Outro Cargo	34	13,5	100,0	Acima de 60 anos	2	0,9	100,0
Total	252	100,0		Total	252	100,0	

Tipo societário	em unidade	em %	Cumulativo (em %)	Porte da empresa	em unidade	em %	Cumulativo (em %)
S. A. Capital Aberto	12	4,8	4,8	Grande	53	21,0	21,0
S. A. Capital Fechado	26	10,3	15,1	Média - Grande	46	18,0	39,0
Ltda.	99	39,3	54,4	Média	50	20,0	59,0
Escritório Contábil	69	27,3	81,7	Pequena - Micro	103	41,0	100,0
Outro tipo Societário	46	18,3	100,0	Total	252	100,0	
Total	252	100,0					

Fonte: dados da pesquisa (2021)

Para a realização da análise fatorial, esta foi dividida em: a) análise fatorial exploratória, quando se estabelece a relação das crenças às regras; e b) análise com modelagem de equações estruturais e análise fatorial confirmatória para ajustamento do modelo, a fim de verificar a relação das crenças com as regras nas informações em sistemas de informações contábeis.

Primeiramente, fez-se a análise de consistência da escala para verificar as correlações das variáveis observadas com as respostas dos questionários e conhecer os fatores principais. Para a análise da confiabilidade da escala foi aplicado o teste do *Alpha de Cronbach*, assim como a análise das médias, desvio-padrão e variância, conforme destacado na Tabela 2.

Tabela 2 – Análise da Confiabilidade da Escala e Estatística Descritiva

Constructos	Variáveis	Média	Erro Desvio	Variância	Correlação Corrigida	Alfa de Cronbach
Atitude Comportamental	- Satisfação em cumprir regras formais	5,41	0,97	0,94	0,49	0,83
	- Satisfação em cumprir regras informais	4,89	1,24	1,54	0,38	0,83
	- Facilidade de uso	5,19	1,19	1,41	0,36	0,83
	- Utilidade percebida	5,55	0,98	0,96	0,52	0,82
	- Intenção de cumprir regras	6,23	1,17	1,36	0,52	0,81
	- Atendimento de regras formais	5,87	1,11	1,24	0,45	0,82
	- Atendimento de regras informais	5,15	1,29	1,66	0,36	0,83

Norma Subjetiva	- Expectativa de terceiros – usuários internos	5,50	1,51	2,29	0,67	0,80
	- Expectativa de terceiros – usuários externos	5,67	1,50	2,25	0,64	0,80
Controle Percebido	- Competências e habilidade em atender regras	5,68	1,02	1,04	0,59	0,81
	- Autoeficácia no uso	5,05	1,42	2,01	0,57	0,81
Alfa Geral						0,83

Fonte: dados da pesquisa (2021).

De acordo com o observado na Tabela 2, a maioria das variáveis apresentou um comportamento aceitável considerando uma escala de sete pontos (média acima de cinco pontos). No entanto, a variável de satisfação com o atendimento das regras informais no sistema de informações apresentou um comportamento menos aceitável (média abaixo de 5 pontos), ficando na escala de não concordo e nem discordo, portanto, um comportamento neutro. Observou-se que a variável em que houve a maior incerteza por parte dos respondentes era relacionada com a questão de regras informais.

No tocante às análises dos dados das escalas referentes ao desvio-padrão e variância, verificou-se que as maiores variações, organizando-as do menor ao maior valor, foram encontradas nas variáveis de expectativa de terceiros - usuários internos, expectativa de terceiros - usuários externos e autoeficácia no uso do sistema. Este resultado em função de uma maior variabilidade nas respostas revelou a existência de um maior nível de incerteza por parte dos respondentes.

Os pesos de correlação total corrigida por variável da tabela anterior revelaram-se aceitáveis para seis variáveis (acima de 0,50). Já em cinco variáveis a correlação ficou abaixo de 0,50. Destas cinco variáveis, as que apresentaram as mais baixas correlações foram as de satisfação de atendimento das regras informais no sistema, facilidade de uso do sistema e atendimento de regras informais do sistema na qualidade de informações.

Ao se examinar a escala com o modelo de confiabilidade *Alpha de Cronbach*, verificou-se que a consistência da escala pode ser aceita ao apresentar um resultado de 0,83. Ao se excluir o item por variável, o *Alfa de Cronbach* apresentou um valor acima de 0,70, que é considerado de alta confiabilidade, conforme Hair Júnior *et al.* (2009). Assim, com base nos constructos que originaram as variáveis observadas foi feita a AFE, iniciando-se a análise com a verificação da validade das medidas. Para tanto, aplicou-se o teste de medida Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e Bartlett, apresentado na Tabela 3

Tabela 3 – Teste de Medida Kaiser-Meyer-Olkin e Bartlett

Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem.		0,832
Teste de Esfericidade de Bartlett	Aprox. Qui-quadrado	886,871
	G1	55
	Sig.	0,000

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Os resultados do teste de medida KMO da Tabela 3, indicaram a aceitabilidade da amostra. Uma vez que o teste estatístico sugere que a proporção de variância dos itens pode ser explicada por uma variável latente, o índice de 0,83 foi considerado ‘ótimo’ para a aplicação da AFE no conjunto de dados. Esta afirmação é respaldada por Hair Júnior *et al.* (2009). Nesse sentido, o resultado do teste KMO indicou que existe um número suficiente de correlações

significativas entre as variáveis observadas, justificando a elaboração da análise fatorial.

Em relação ao teste de esfericidade de Bartlett, que determina a adequação da análise fatorial, examinando a matriz de correlação entre as variáveis, observou-se que o teste em questão indicou uma significância de 0,000 (sign. < 0,05), ou seja, as correlações entre as variáveis eram suficientes para se continuar a análise.

As variáveis com cargas fatoriais mais altas foram os constructos de expectativa de terceiros de usuários internos e expectativa de terceiros de usuários externos. As variáveis com cargas fatoriais com baixa expressão, mas que se encontravam muito próximas de 0,50 foram de satisfação com o atendimento das regras formais e competências e habilidades em cumprilas. As variáveis que representavam as menores cargas fatoriais foram a facilidade de uso do sistema, utilidade percebida do uso do sistema, intenção de cumprir regras e atendimento das regras formais.

Na sequência, realizou-se a análise confirmatória da relação das crenças com as regras formais e informais da composição dos sistemas de informações contábeis. Iniciou-se com a avaliação das variáveis partindo da análise das cargas fatoriais standardizadas. Nesta avaliação se verificou que algumas variáveis indicaram pesos fatoriais aquém do desejado, como: satisfação em cumprir regras informais; facilidade de uso e atendimento das regras informais. No que tange à Confiabilidade Individual (CI), também se encontraram as mesmas variáveis com CI insatisfatório. Por sua vez, esses resultados refletiram na Confiabilidade Composta (CC) e Variância Média Extraída (AVE) dos constructos. Assim, excluiu-se essas variáveis do modelo, fazendo-se uma nova especificação e mensuração da estrutura de análise.

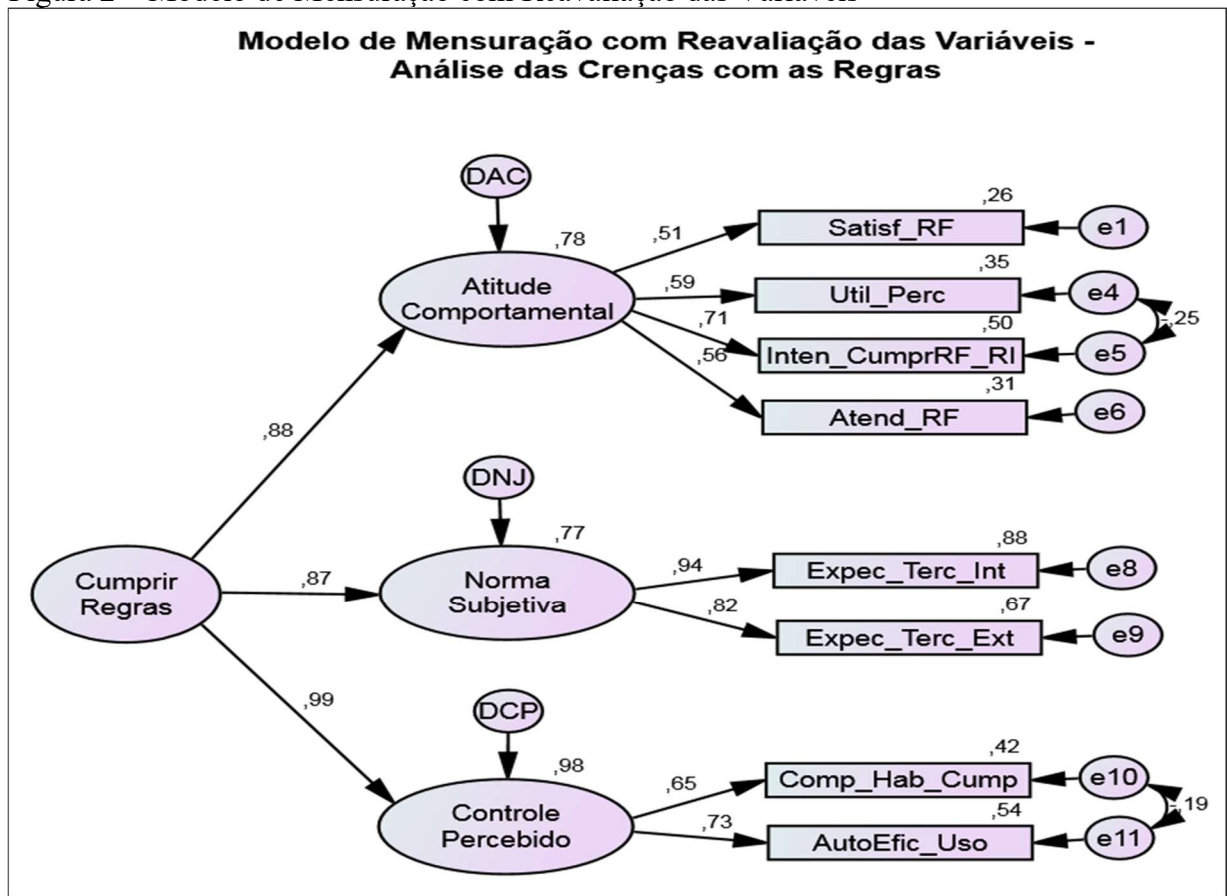
Uma vez excluídas as variáveis, foram verificados *outliers* nos índices de modificação, sendo apresentadas somente indicações de inclusão de covariâncias entre os erros. Ainda, analisando-se os *outliers*, verificou-se a razão crítica. No entanto, observa-se que todas as variáveis indicaram que a razão crítica é significativa, pois todos os valores estão acima de 1,96, rejeitando-se a hipótese de que a estimativa é zero. Na Figura 2, apresenta-se as variáveis utilizadas na especificação do modelo proposto, que foi considerado com os índices de ajustamento e estimações como aceitável.

O resultado do valor de RMR padronizado de 0,0523 indica que o modelo se ajustou adequadamente, estando igual a 0,05 que é aceitável para um indicador de excelência, podendo assim reproduzir a matriz de covariância da população. O índice de CMIN/DF (1,81) posicionou-se dentro do intervalo de um bom ajustamento. Os valores do CFI (0,90) e do GFI (0,97) indicaram um bom ajustamento do modelo, sendo iguais e superiores a 0,9, respectivamente. Já o valor do RMSEA (0,057) é indicativo de ajustamento aceitável.

Considerando os valores no modelo hipotético *versus* intervalo de confiança para o RMSEA, se identificou que varia de 0,020 (LO 90) e 0,089 (HI 90), e o valor do PCLOSE foi de 0,334, com um teste de exatidão (MECVI) de 0,284 (menor que o modelo saturado e o modelo independente). Esses índices significam que o modelo hipotético apresentou um ajustamento aceitável, uma vez que se encontra abaixo de 0,05.

O teste H_0 revelou, considerando a solução gerada (*Chi-square* x^2) de CMIN de 28,93, com 16 graus de liberdade, e uma probabilidade de 0,024, que o ajustamento dos dados do modelo foi adequado, uma vez que o CMIN/DF foi de 1,81, sendo inferior a 3,0, que é recomendado como aceitável. Pode-se afirmar, assim, que o modelo hipotético apresentou solidez e um bom ajustamento dos dados.

Figura 2 – Modelo de Mensuração com Reavaliação das Variáveis



Fonte: adaptado de Ajzen (1991); Burns e Scapens (2000); Wixom e Todd (2005); Bulgurcu, Cavusoglu e Benbasat (2010), com dados da pesquisa (2021).

Nas análises de carga fatorial, confiabilidade e validade dos constructos, identificou-se no que é referente às cargas fatoriais estandardizadas, que todas as variáveis demonstraram carga fatorial satisfatória, sendo superiores a 0,5. Portanto, pode-se afirmar que as variáveis apresentaram alto poder de explicação, refletindo o caminho teórico definido no modelo. Na Tabela 4 apresenta-se a análise da validade dos constructos:

Tabela 4 – Análise de Validade dos Constructos do Modelo

Variáveis Observadas	Fatores - Constructos	FE	CI	CC	AVE
Satisfação em cumprir regras formais	Atitude Comportamental	0,51	0,26	0,50	0,36
Utilidade percebida	Atitude Comportamental	0,59	0,35		
Intenção em cumprir regras	Atitude Comportamental	0,71	0,50		
Atendimento de regras formais	Atitude Comportamental	0,56	0,32		
Expectativa de terceiros – usuários internos	Norma Subjetiva	0,94	0,88	0,87	0,78
Expectativa de terceiros – usuários externos	Norma Subjetiva	0,82	0,67		
Competências e habilidades em atender	Controle Percebido	0,65	0,42	0,65	0,48
Autoeficácia no uso	Controle Percebido	0,73	0,54		

PIACENTINI, N.; OTT, E.; LEVRINI, G. R. D.; CESCÓN, J. A.. Influência de regras e crenças na construção das informações nos sistemas de informações contábeis. CONTABILOMETRIA - Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting, Monte Carmelo, v. 11, n. 2, p. 01-24, jul.-dez./2024.

Legenda: FE = Fatoriais Estandarizados; CI = Confiabilidade Individual; CC = Confiabilidade Composta; AVE = Variância Extraída Média.

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Ao se avaliar a CI de cada variável, conforme tabela anterior, verificou-se que todas as variáveis revelaram um nível de confiabilidade acima de 0,25, sendo este o aceitável. Assim, pode-se dizer que as variáveis corresponderam à fração de variabilidade total da variável explicada pelo fator ou constructo que esta variável se manifesta.

Considerando a análise de CC (Tabela 4), observou-se que os fatores de atitude comportamental e controle percebido ficaram abaixo de 0,70. Isso sinaliza que estas variáveis não são manifestações consistentes do constructo ou fator. Porém, conforme discutido anteriormente, como se faz uma investigação exploratória, existe a possibilidade de se aceitar valores inferiores a 0,70 para a validação da confiabilidade.

Tabela 5 – Pesos de Correlação dos Fatores – Constructos do Modelo

	Cumprir Regras	Atitude Comportamental	Norma Subjetiva	Controle Percebido
AVE	0,84	0,36	0,78	0,48
Atitude Comportamental	0,77			
Norma Subjetiva	0,76			
Controle Percebido	0,98			
Satisfação em cumprir regras formais		0,26		
Utilidade percebida		0,35		
Intenção em cumprir regras		0,50		
Atendimento de regras formais		0,32		
Expectativa de terceiros – usuários internos			0,88	
Expectativa de terceiros – usuários externos			0,67	
Competências e habilidades em atender				0,42
Autoeficácia no uso				0,54

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Em relação à avaliação da AVE (Tabela 5), confirmou-se mais uma vez que o constructo de atitude comportamental está aquém do resultado desejado, pois foi inferior a 0,5, indicando que o comportamento das variáveis observadas não foi fortemente explicado pelo constructo.

Ao se comparar a AVE com os quadrados da correlação entre os fatores, verificou-se que não há validade discriminante nos constructos (AVE dos constructos é inferior ao R² dos fatores): entre os constructos de cumprir regras e controle percebido; entre os constructos de atitude comportamental e a variável de intenção de cumprir regras; entre os constructos de norma subjetiva e a variável de expectativa de terceiros - internos; entre os constructos de controle percebido e a variável de autoeficácia no uso.

Com base nos resultados, apresenta-se a discussão do modelo estrutural final *versus* os achados dos estudos empíricos. Inicialmente apresenta-se a análise da hipótese principal H1 e na sequência das hipóteses derivadas H1a, H1b e H1c.

Hipótese H₁ - Cumprir Regras. Essa hipótese foi aceita por apresentar significativa relação com os fatores de atitude comportamental, normas subjetivas e controle percebido. Também se considerou que o fator de atitude comportamental teve a maioria das variáveis aceitas, assim como os fatores de norma subjetiva e controle percebido que apresentaram todas

as variáveis aceitas. Diante dos resultados dessa pesquisa, se pode constatar que o comportamento do profissional de contabilidade é afetado positivamente pelas crenças de atitude comportamental, norma subjetiva e controle percebido ao cumprir as regras formais e informais, no processo de elaboração de informações em sistemas contábeis.

Hipótese H_{1a} – Atitude Comportamental e a variável Satisfação com Regras Formais. O resultado da MEE mostrou uma relação aceitável de explicação da variável de satisfação com regras formais e atitude comportamental do respondente, indicando ser verdadeiro que o respondente sente satisfação ao cumprir as regras formais no processo de elaboração das informações no sistema informações contábeis. Ao se contrastar com os achados de Wixom e Todd (2005), identificou-se que existe influência de atitudes com base em objeto de crenças comportamentais, demonstrando uma relação significativa. Nos resultados desse estudo, constatou-se que a qualidade da informação e a satisfação do sistema tiveram influências significativas na satisfação da informação.

Na relação da Atitude Comportamental e a variável Qualidade do Sistema, na associação da satisfação do respondente com o cumprimento das regras informais, a variável foi excluída do modelo, por ter apresentado um baixo poder de explicação, influenciando também os resultados de confiabilidade e validade.

Da mesma forma a variável Facilidade de Uso foi excluída por apresentar baixo poder de explicação em relação ao constructo de atitude comportamental, e por não apresentar indicadores de confiabilidade e validade aceitáveis. Dessa forma, não se pode afirmar que a facilidade do respondente em operar o sistema de informações contábeis no processo de elaboração das informações, afeta positivamente o seu comportamento no atendimento das regras formais e informais. Os achados desse estudo não são consistentes com os encontrados por Wixom e Todd (2005) e Santos, Veiga e Souza (2011), em que se o usuário considerar que é fácil usar o sistema, fará o que é definido pela empresa que seja feito no sistema, conseqüentemente, o usuário utilizará mais a tecnologia disponível.

Em relação a variável Utilidade Percebida, a partir da amostra desse estudo foi possível deduzir que existe uma relação satisfatória entre a utilidade percebida de oportunidade de uso do sistema e o fator de atitude comportamental. Portanto, a atitude do respondente em relação ao uso das oportunidades do sistema de informações contábeis, no processo de elaboração das informações, afeta positivamente o seu comportamento no atendimento das regras formais e informais. Nesse sentido os resultados encontrados, confirmam os estudos de Wixom e Todd (2005) e Santos, Veiga e Souza (2011), em que são significativos os efeitos diretos e indiretos de utilidade de uso e atitude em relação à intenção de uso, pois o usuário sente que usando melhor a sua capacidade de utilidade do sistema pode tomar boas decisões, realizando o seu trabalho mais rapidamente; e melhora a sua eficácia no trabalho.

Na relação com a Variável Intenção de Cumprir Regras, esta foi aceita parcialmente por apresentar resultados satisfatórios nos testes de significância, confiabilidade e validade convergente; não indicou validade discriminante. Porém, a partir dos testes de significância verificou-se uma alta relação, indicando a existência de uma atitude comportamental positiva do respondente na intenção de cumprir regras formais e informais nos sistemas contábeis. Este achado corrobora resultados da pesquisa de Bulgurcu, Cavusoglu e Benbasat (2010), que encontraram uma alta significância na explicação das construções da TCP, considerando o constructo de atitude com a variável de intenção de cumprir.

Na Atitude Comportamental com a Variável Atendimento de Regras Formais, verificou-se uma relação aceitável entre o atendimento de regras formais com o fator de atitude comportamental. Assim se pode afirmar que o respondente tem uma percepção positiva em que

o atendimento das regras formais resulta em aspectos qualitativos no processo de elaboração de informações. Dessa maneira, ao fazer-se a associação com os achados de Siti-Nabiha e Scapens (2005); Busco, Riccaboni e Scapens (2006); Rocha e Guerreiro (2010) e Angonese e Lavarda (2014), observa-se que nas entidades as regras formais foram aceitas pelos indivíduos e realizadas como parte das suas rotinas. Já em relação a Variável Atendimento de Regras Informais, essa variável apresentou baixa relação causal com o fator de atitude comportamental, em função do baixo peso fatorial e testes de confiabilidade e validade, indicando que os respondentes não acreditam que exista uma relação positiva do atendimento de regras informais e qualidade de informações. Isso levou à rejeição dessa variável.

A partir disso, examinou-se os achados dos estudos de Siti-Nabiha e Scapens (2005); Busco, Riccaboni e Scapens (2006); Lavarda, Feliu e Palanca (2009); Rocha e Guerreiro (2010) e Angonese e Lavarda (2014) e encontrou-se os relatos de que as regras informais apresentam muita interferência de rotinas, valores e conhecimento comum, passado de geração para geração.

Hipótese H_{1b} – Normas Subjetivas – Variáveis Expectativa de Terceiros - Usuários Internos e Usuários Externos. A variável de expectativa de terceiros - usuários internos - foi aceita parcialmente por não apresentar validade discriminante. Já a variável de expectativa de terceiros - usuários externos - foi aceita, por apresentar validade discriminante. Porém, as duas variáveis apresentaram uma significativa relação com a crença de norma subjetiva. Diante do exposto, entende-se que a expectativa dos usuários internos das informações, conforme percebido pelos respondentes, afeta positivamente o cumprimento das regras formais e informais do sistema de informações contábeis; e que a expectativa dos usuários externos das informações afeta positivamente o cumprimento das regras formais e informais do sistema de informações contábeis.

Considerando-se esses resultados, é possível fazer-se uma analogia com o estudo de Costa Hernandez e Mazzon (2008), em que os autores constataram que a crença de normas subjetivas apresentou alta significância para a adoção do *Internet Banking* (IB), uma vez que descobriram que o ponto em comum entre a imagem e as normas subjetivas é a importância da opinião de outras pessoas para o processo de adoção do IB. Nesse sentido, existe influência de pessoas que são referências, como amigos, familiares e colegas de trabalho dos usuários na adoção da tecnologia.

Ainda sobre a crença de normas subjetivas, Bulgurcu, Cavusoglu e Benbasat (2010) revelaram que os efeitos das crenças normativas para a intenção de cumprir os requisitos de informação, por parte de um empregado, são significativos, argumentando que a percepção da pressão social de um empregado sobre a conformidade com os requisitos da política de segurança de informação, é causada por expectativas de comportamento de referências importantes como executivos, colegas e gestores. Assim, são válidos os resultados desse estudo ao se constatar que a expectativa percebida pelos respondentes, dos usuários internos e externos, influencia no seu comportamento de cumprir as regras formais e informais do sistema de informações contábeis.

Hipótese H_{1c} – Controle Percebido – Variável Competências e Habilidades em Cumprir. Os resultados demonstram que existe uma relação satisfatória entre essa variável e o fator de controle percebido. Isso permitiu confirmar que o conhecimento e as competências pessoais do respondente, no atendimento dos requisitos em relação ao sistema de informações contábeis, afeta positivamente o seu comportamento no cumprimento das regras formais e informais. Essa descoberta corrobora os resultados do estudo de Bulgurcu, Cavusoglu e Benbasat (2010), que mostraram que o julgamento de um empregado sobre as suas competências pessoais faz com

que ele tenha um comportamento favorável a respeito do cumprimento dos requisitos da política de segurança da informação.

Para o Controle Percebido e a Variável Autoeficácia em Cumprir, esta foi aceita parcialmente por não apresentar validade discriminante. Porém, verificou-se uma alta relação causal de autoeficácia, permitindo sustentar que a percepção do respondente de autoeficácia, em relação ao sistema de informações contábeis afeta positivamente o seu comportamento no atendimento das regras formais e informais. Isso corrobora os resultados apresentados no estudo de Carlin (2009), que observou que a autoeficácia do sistema percebida pelo auditor influenciava a intenção dele no uso do sistema de forma adequada. Ainda revelou que se um auditor perceber que há autoeficácia no uso do sistema de apoio, é mais provável que ele apresente uma intenção de utilizar o sistema apropriadamente. No Quadro 2, apresenta-se a síntese dos resultados das hipóteses.

Quadro 2 – Aceitação ou Rejeição das Hipóteses

Hipótese/Variável	Descrição	Avaliação
Hipótese H ₁ - Cumprir Regras	- A atitude do profissional de contabilidade ao usar o sistema de informações contábeis, no atendimento das regras formais e informais, é influenciada positivamente, pois acredita que terá reflexo nas informações contábeis.	Aceita
Hipótese H _{1a} - Atitude comportamental	- A atitude do profissional de contabilidade ao usar o sistema de informações contábeis, no atendimento das regras formais e informais, é influenciada positivamente, pois acredita que terá reflexo na qualidade das informações contábeis.	Parcialmente Aceita
Hipótese H _{1b} - Normas Subjetivas	- O profissional de contabilidade que tem o controle percebido do processo de elaboração de informações no sistema contábil terá um comportamento positivo no cumprimento das regras formais e informais.	Aceita
Hipótese H _{1c} - Controle percebido	- A expectativa dos usuários internos e externos das informações, percebido pelo profissional de contabilidade, afeta positivamente o seu cumprimento das regras formais e informais no sistema de informações contábeis.	Aceita

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Uma vez fundamentadas a aceitação ou não das hipóteses a partir dos testes estatísticos e fundamentos teóricos, na seção a seguir apresentam-se as considerações finais.

5 Considerações Finais

O objetivo dessa pesquisa foi descrever as crenças que estão contidas nas regras formais e informais nos sistemas de informações contábeis. Para tanto, identificou-se a relação das características da amostra do estudo *versus* regras e crenças e relacionou-se as crenças comportamentais, normativas e de controle com as regras institucionais formais e informais.

Considerando o objetivo específico de relacionar as crenças comportamentais, normativas e de controle com as regras institucionais formais e informais, estabeleceu-se uma associação entre as hipóteses com base na Teoria Institucional e na Teoria do Comportamento Planejado, fazendo-se a relação das regras com cada uma das crenças. Nesse sentido, as regras formais e informais foram associadas na contabilidade com a crença de atitude comportamental de satisfação; facilidade de uso; utilidade percebida; intenção de cumprir e percepção do atendimento de regras. As regras formais e informais foram relacionadas à crença da norma subjetiva de pressão normativa em cumprir, dos usuários internos e externos. E, ainda, foram relacionadas as regras formais e informais com a crença de controle percebido de autoeficácia percebida do sistema e o conhecimento e as competências para o seu cumprimento.

Assim, como um dos principais resultados, tem-se a ratificação dos resultados do estudo de Wixom e Todd (2005), pois se confirmou que o profissional de contabilidade sente satisfação

ao cumprir as regras formais no processo de elaboração das informações nos sistemas contábeis. Já ao se avaliar os resultados com o nível de satisfação dos respondentes no cumprimento das regras informais com as informações geradas pelo sistema de informações contábeis, observou-se que os respondentes sentem que quanto mais formalizado é o processo de elaboração das informações contábeis, maior é a satisfação. Tal constatação contraria os achados de Wixon e Tood (2005), já que não se estabeleceu a relação entre as crenças comportamentais da satisfação do respondente com as informações do sistema, ao cumprirem as regras informais.

Outro resultado encontrado foi a identificação de que não existe a relação da crença de facilidade de uso com o atendimento das regras formais e informais, não sendo consistente com os resultados obtidos por Wixom e Todd (2005) e Santos, Veiga e Souza (2011), que constataram que a percepção da facilidade do uso da tecnologia do sistema levava o usuário a realizar as operações no sistema, atendendo a todas as necessidades. Já a descoberta nessa pesquisa, no tocante ao uso de oportunidades, é consistente com o encontrado por Wixom e Todd (2005) e por Santos, Veiga e Souza (2011), ao revelarem que o usuário percebe a relação da utilidade da tecnologia com um melhor aproveitamento dos recursos do sistema.

A pesquisa revelou também a existência de uma atitude comportamental positiva dos respondentes na intenção de cumprir regras formais e informais nos sistemas contábeis, corroborando os resultados obtidos por Bulgurcu, Cavusoglu e Benbasat (2010), de que existe a intenção do usuário na proteção dos recursos de informação e tecnologia.

A partir dos resultados pode-se afirmar que o profissional da contabilidade tem uma percepção positiva de que o atendimento das regras formais resulta em aspectos qualitativos no processo de elaboração de informações, sendo que os resultados corroboraram as descobertas de Siti-Nabiha e Scapens (2005); Busco, Riccaboni e Scapens (2006); Rocha e Guerreiro (2010) e Angonese e Lavarda (2014), de que as instituições de regras formais são aceitas pelos indivíduos e são realizadas como parte das suas rotinas, seguindo essas regras conforme o estabelecido.

Constatou-se, porém, que o profissional da contabilidade percebe que o atendimento de regras informais influencia negativamente na qualidade das informações. Tal resultado também foi revelado por Siti-Nabiha e Scapens (2005); Busco, Riccaboni e Scapens (2006); Lavarda, Feliu e Palanca (2009); Rocha e Guerreiro (2010) e Angonese e Lavarda (2014), cujas pesquisas revelaram que as regras informais apresentam muita interferência de rotinas, valores e conhecimento comum, passado de geração para geração.

Outro importante resultado obtido foi o entendimento que o controle dos usuários internos e externos das informações na percepção dos respondentes, afeta positivamente o cumprimento das regras formais e informais do sistema de informações contábeis. Esse achado é consistente com os encontrados por Costa Hernandez e Mazzon (2008) e Bulgurcu, Cavusoglu e Benbasat (2010), ao revelarem que expectativas de referências importantes como de amigos, familiares, executivos, colegas e gestores, influenciam o comportamento dos indivíduos.

Confirmou-se que o conhecimento e as competências pessoais do profissional da contabilidade no atendimento dos requisitos em relação ao sistema de informações contábeis, afetam positivamente seus comportamentos no cumprimento das regras formais e informais, o que corrobora os resultados obtidos por Bulgurcu, Cavusoglu e Benbasat (2010), que constataram que o julgamento de um empregado, no que se refere às suas competências pessoais, faz com que este tenha um comportamento favorável no cumprimento dos requisitos do sistema.

Finalmente, é possível sustentar que a percepção de autoeficácia pelo profissional da contabilidade em relação ao sistema de informações contábeis, afeta positivamente seu

comportamento no atendimento das regras formais e informais. Tal achado contribui com a descoberta de Carlin (2009), que evidencia que a atitude de autoeficácia do sistema percebida pelo usuário influencia a sua intenção no uso do sistema de forma adequada.

Os resultados alcançados contribuem para atestar a existência de relação das crenças com as regras formais e informais que estão institucionalizadas no processo de composição das informações em sistemas de informações contábeis. Também se verificou a existência de relação causal na crença de controle percebido, considerando os conhecimentos e as competências pessoais dos profissionais de contabilidade para cumprirem regras formais e informais nos sistemas.

Diante dos achados dessa pesquisa, entende-se que é possível relacionar a Teoria Institucional e a Teoria do Comportamento Planejado para se explorar as crenças contidas nas rotinas e regras no ambiente da contabilidade, no processo de elaboração das informações em sistemas de informações contábeis. Com isso, as implicações práticas dessa descoberta no campo da contabilidade, especificamente no processo de elaboração das informações em sistemas contábeis, é de que os profissionais estão sujeitos às crenças individuais ao cumprirem as regras.

Como contribuição teórica o estudo estabeleceu a relação da Teoria Institucional com a Teoria do Comportamento Planejado, com o uso da MEE. Para tanto, criou-se um modelo estrutural com base em Ajzen (1991); Burns e Scapens (2000); Wixom e Todd (2005) e Bulgurcu, Cavusoglu e Benbasat (2010). Esse fato conferiu relevância à pesquisa, uma vez que ainda não haviam sido utilizadas essas teorias conjuntamente, aplicadas ao contexto dos sistemas contábeis no ambiente da contabilidade. Considera-se, assim, que essa descoberta pode ser útil para outros pesquisadores que tenham interesse em se aprofundar nesse campo da ciência. A limitação da pesquisa está relacionada com o tamanho da amostra (não probabilística), assim os resultados obtidos não podem ser generalizados.

Como sugestões de estudos futuros indica-se a realização de uma pesquisa comparativa entre países, das relações entre as regras e as crenças no processo de informações em sistemas contábeis, assim como a reprodução em outros estudos do modelo teórico criado nessa pesquisa, e com profissionais de contabilidade que trabalhem em um tipo societário específico de empresa e que tenham o mesmo nível de instrução.

Referências

AJZEN, Icek. **Attitudes, personality and behavior**. 2. ed. New York: Open University Press, 2005.

AJZEN, Icek. **Behavioral interventions based on the theory of planned behavior**. Interventions with the TPB - Brief Description of the Theory of Planned Behavior, University of Massachusetts, Amherst, Massachusetts, 2006.

AJZEN, Icek. The theory of planned behavior. **Organizational Behavior and Human Decision Processes**, Evanston, Illinois. v. 50, n. 2, p. 179-211, 1991. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0749-5978\(91\)90020-T](https://doi.org/10.1016/0749-5978(91)90020-T). Acesso em: 20 jul. 2022.

AJZEN, Icek; MADDEN, Tomas. J. Prediction of goal-directed behavior: attitudes, intentions, and perceived behavioral control. **Journal of Experimental Social Psychology**, Toronto, n. 22, p. 453-474, 1986. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/0022->

1031(86)90045-4. Acesso em: 18 jul. 2022.

ALAWATTAGE, Chandana; GRAHAM, Cameron; WICKRAMASINGHE, Danture. Microaccountability and biopolitics: Microfinance in a Sri Lankan village.

Contabilidade, Organizações e Sociedade, [s. l.], 72, 38–60. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.aos.2018.05.008> . Acesso em: 20 jul. 2022.

ANGONESE, Rodrigo; LAVARDA Carlos Eduardo Facin. Análise dos fatores de resistência envolvidos no processo de mudança no Sistema de Contabilidade Gerencial. **Revista de Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 25, n. 66, p. 214-227, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1808-057x201410810>. Acesso em: 05 jul. 2022.

AYRES, Clarence E. The co-ordinates of institutionalism. **The American Economic Review**, Pittsburgh, v. 41, n. 2, p. 47-55, 1951. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1910775>. Acesso em: 02 ago. 2022.

BANDURA, Albert. Self-efficacy: toward a unifying theory of behavioral change.

Psychological Review, Washington, v. 84, p. 191-215, 1977. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/0033-295X.84.2.191>. Acesso em: 12 ago. 2022.

BULGURCU, Burcu; CAVUSOGLU, Hasan; BENBASAT, Izak. Information security policy compliance: an empirical study of rationality-based beliefs and information security awareness. **MIS Quarterly**, [s. l.], v. 34, n. 3, p. 523-548, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/25750690>. Acesso em: 15 jul. 2022.

BURNS, John; SCAPENS, Robert W. Conceptualizing management accounting change: an institutional framework. **Management Accounting Research**, Londres, v. 11, p. 3-25, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1006/mare.1999.0119>. Acesso em: 05 jul. 2022.

BUSCO, Cristiano; RICCABONI, Angelo; SCAPENS, Robert W. Trust for accounting and accounting for trust. **Management Accounting Research**, Londres, v. 17, n. 1, p. 11-41, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.mar.2005.08.001>. Acesso em: 23 jun. 2022.

CARLIN, Dowling. Appropriate audit support system use: the influence of auditor, audit team, and firm factors. **The Accounting Review**, Lakewood Ranch, v. 84, n. 3, p. 771-810, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.2308/accr.2009.84.3.771>. Acesso em: 30 jun. 2022.

CHING, Hong Yuh; MARQUES, Fernando; PRADO, Lucilene. **Contabilidade e finanças: para não especialistas**. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2011.

COMMONS, John R. Institutional economics. **The American Economic Review**, Pittsburgh, v. 21, p. 648-657, 1931.

COSTA HERNANDEZ, José Mauro da; MAZZON, José Afonso. Um estudo empírico dos determinantes da adoção de internet banking entre não usuários brasileiros. **RAC – Revista de Administração Contemporânea**, Governador Valadares, edição especial, p. 9-39, 2008.

EAST, Robert. Investment decisions and the theory of planned behavior. **Journal of Economic Psychology**, [s. l.], v. 14, p. 337-375, 1993. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0167-4870\(93\)90006-7](https://doi.org/10.1016/0167-4870(93)90006-7). Acesso em: 08 jun. 2022.

EDDOSARY, Melfy; KO, Yong; SAGAS, Michael; KIN, Hee Y. Consumers' intention to attend soccer events: application and extension of the theory of planned behavior. **Psychological Reports: Employment Psychology & Marketing**, [s. l.], v. 117, n. 1, p. 89-102, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.2466/01.05.PR0.117c13z7>. Acesso em: 03 jun. 2022.

ELBASHIR, Mohamed E. Z.; COLLIER, Philip A.; DAVERN, Michael J. Measuring the effects of business intelligence systems: the relationship between business process and organizational performance. **International Journal of Accounting Information Systems**, Melbourne, v. 9, n. 3, p. 135-153, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.accinf.2008.03.001>. Acesso em: 23 jun. 2022.

FISHBEIN, Martin; AJZEN, Icek. **Belief, attitude, intention, and behavior**: an introduction to theory and research. Reading, MA: Addison-Wesley, 1975.

HAIR JÚNIOR, Joseph F.; BLACK, William C.; BABIN, Barry J.; ANDERSON, Rolph E.; TATHAM, Ronald L. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDÁ, Michael F. Van. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

HODGSON, Geoffrey M. The approach of institutional economics. **Journal of Economic Literature**, [s. l.], n. 36, p. 166-192, March 1998. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2564954>. Acesso em: 08 jul. 2022.

HOOG, Wilson A. Zappa. **Demonstrações contábeis e financeiras**: aspectos essenciais à luz de novos padrões de contabilidade. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2012.

HURT, Robert L. **Sistemas de informações contábeis**: conceitos básicos e temas atuais. 3. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseo; GELBCKE, Ernesto R.; SANTOS, Ariovaldo D. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

KHAN, Habib Z.; BOSE, Sudipta; JOHNS, Raechel. Regulatory influences on CSR practices within banks in an emerging economy: Do banks merely comply? **Critical Perspectives on Accounting**, [s. l.], v.71, 102096. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2019.102096>. Acesso em: 30 jul. 2022.

LA BARBERA, Francesco; AJZEN, Icek. Control Interactions in the Theory of Planned

Behavior: Rethinking the Role of Subjective Norm. **Europe's Journal of Psychology**, [s. l.], v. 16, n.3, p. 401–417, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5964/ejop.v16i3.2056>. Acesso em: 15 ago. 2022.

LAVARDA, Carlos E. Facin; FELIU, Vicente M. Ripoll; PALANCA, Mercedes Barrachina. La Interiorización del cambio de un sistema Contable de Gestión en la pequeña empresa. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 20, p. 101-115, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772009000300007>. Acesso em: 18 jul. 2022.

NORTH, Douglas. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

ROBERTS, John; SCAPENS, Robert. Accounting as discipline. In: COOPER, David J.; HOPPER, Trevor. (eds) **Critical accounts**, London, Macmillan Press, p. 107-125, 1990.

ROCHA, Welington; GUEREIRO, Reinaldo. Desenvolvimento de modelo conceitual de sistemas de custos: um enfoque institucional. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 4, n. 8, p. 24-46, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/rco.v4i8.34757>. Acesso em: 08 jul. 2022

ROM, Anders; ROHDE, Carsten. Management accounting and integrated information systems: a literature review. **International Journal of Accounting Information Systems**, Melbourne, v. 8, n. 1, p. 40-68, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.accinf.2006.12.003>. Acesso em: 26 jun. 2022

SANTOS, Deborah Oliveira; VEIGA, Ricardo Teixeira; SOUZA, Sarah Ituassú. Mobile banking como novo canal de disseminação de informações e disponibilização de serviços: um teste de Teoria do Comportamento Planejado Decomposto. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.16, n.4, p.150-170, out./dez. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-99362011000400010>. Acesso em: 05 ago. 2022.

SHE, Chaoyuan; MICHELON, Giovanna. Managing stakeholder perceptions: Organized hypocrisy in CSR disclosures on Facebook. **Critical Perspectives on Accounting**, [s. l.], v. 61, p. 54-76, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2018.09.004>. Acesso em: 22 ago. 2022.

SITI-NABIHA, Abdul K.; SCAPENS, Robert. W. Stability and change: an institutionalist study of management accounting change. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 44-73, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/09513570510584656>. Acesso em 27 jul. 2022.

STEVENS, John M.; STEENSMA, H. Kevin; HARRISON, David A.; COCHRAN, Philip L. Symbolic or substantive document? The influence of ethics codes on financial executives' decisions. **Strategic Management Journal Strat.** [s. l.], v. 26, p. 181-195, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/smj.440>. Acesso em 15 jul. 2022.

VAN DER STEEN, Martijn. The emergence and change of management accounting routines.

Accounting, Auditing and Accountability Journal, [s. l.], v. 24, n. 4, p. 502-547, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/09513571111133072>. Acesso em: 05 ago. 2022.

VEBLEN, Thorstein. **Teoría de la clase ociosa**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1971.

VEBLEN, Thorstein. Why is economics not an evolutionary science? Originally published as VEBLEN, T. (1898, p. 41-69). **Quarterly Journal of Economics**, Cambridge, v. 12, n. 4, p. 373-397. Reprinted with kind permission, v.12, n. 2, 2010.

YASMIN, Sofia; GHAFRAN, Chaudhry. The problematics of accountability: Internal responses to external pressures in exposed organisations. **Critical Perspectives on Accounting**, [s. l.], v. 64, p. 102070, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2019.01.002>. Acesso em: 28 ago. 2022.

WIXOM, Barbara H.; TODD, Peter A. A theoretical integration of user satisfaction and technology acceptance. **Information Systems Research**, Catonsville, v. 16, n. 1, p. 85-102, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1287/isre.1050.0042>. Acesso em: 01 ago. 2022.